

Palestina/Israel: velhas e novas histórias de uma geografia contestada

Joel Gordon¹

Tradução de Jemima de Souza Alves²

Resumo: Esta é uma versão revisada de uma palestra apresentada no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI), da Universidade de São Paulo, em 16 de março de 2026. Gostaria de agradecer aos meus anfitriões, Rafael Duarte Villa e Isabella Soma de Castro, que mediarão a palestra e a discussão vibrante que se seguiu. Gostaria também de agradecer a Christina Stephano de Queiroz e Javier Amadeo, da Cátedra Edward Said, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que me incentivaram a submeter este texto.

Palavras-chave: Palestina; Sionismo; Nakba; Nova Historiografia; Estudos sobre o Oriente Médio.

Parte 1: Palestina ou não Palestina?

Lembro-me de uma conversa de alguns anos atrás, no outono de 2024, aproximadamente um ano após a incursão liderada pelo Hamas em Israel e o início da atual guerra em Gaza, com um colega que, assim como eu, leciona história do Oriente Médio Moderno. Meu amigo é especialista no Iraque moderno. Eu sou, sobretudo, um estudioso do Egito moderno. Em determinado momento, a conversa voltou-se para os cursos que ministrariamos em breve, e levantamos a seguinte problemática: quanto tempo deveríamos dedicar a Palestina/Israel?

Concordamos que, no passado, havíamos minimizado — ou, na melhor das hipóteses, evitado dedicar atenção excessiva — esse lugar em particular. Não porque estivéssemos pessoalmente mais enraizados em outras regiões, tampouco porque o considerássemos pouco importante, mas porque sentíamos que, para muitos de nossos potenciais alunos, o Oriente Médio moderno se resumia ao conflito em torno da Palestina. E, francamente, antes do choque de outubro de 2023, tratava-se de um

¹ Professor de História e ex-diretor de Estudos do Oriente Médio na Universidade do Arkansas (Estados Unidos). Recentemente, concluiu mandato como editor do *International Journal of Middle East Studies*. E-mail: joelg@uark.edu. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4564-3109>.

² Doutora em Letras e mestre em Estudos Judaicos e Árabes pela Universidade de São Paulo (USP), realiza pós-doutorado no Departamento de Letras Orientais da mesma universidade. Foi pesquisadora afiliada à Universidade de Nova York, sob a supervisão do professor e escritor iraquiano Sinan Antoon. É pesquisadora e membro do grupo Tarjama — Escola de Tradutores de Literatura Moderna (USP). Traduziu grandes nomes da literatura árabe como Hanan Al-Shaykh, Sinan Antoon e Jokha Al-Harhi. E-mail: jemima.alves@usp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8206-5136>.

conflito que parecia destinado a se arrastar indefinidamente, sem qualquer perspectiva de avanço.

Não havia propriamente um “processo de paz” de que se pudesse falar. O discurso sobre uma “solução de dois Estados” havia perdido o sentido, tanto em razão da realidade no território quanto do ímpeto crescente — sobretudo na Península Arábica — de formalizar a “normalização” das relações com Israel.

Agora, um ano após o início do genocídio, meu colega e eu planejávamos dar destaque à Palestina (e a Israel) em nossos cursos introdutórios. No meu curso História do Oriente Médio a partir de 1914, uma disciplina de nível avançado para a graduação, todas as leituras primárias concentravam-se em um único lugar. Com tantos outros temas a abordar — e eu de fato os abordei —, parecia de algum modo inadequado não dedicar atenção especial à questão em pauta: a questão inacabada, herdada da era colonial, das aspirações nacionalistas palestinas (nunca monolíticas, embora tampouco o tenham sido as do bem-sucedido movimento sionista)³.

Um semestre depois, meu curso avançado de História Social e Cultural do Oriente Médio seria dedicado à Palestina até 1948. Examinamos todas as particularidades fascinantes e historicamente complexas da vida em um lugar chamado Palestina (e oficialmente designado como tal, após a Primeira Guerra Mundial), onde as populações locais já exploravam identidades étnico-nacionais, e não centradas exclusivamente na religião, muito antes da Primeira Guerra (o que chamamos de Nahda árabe, ou Renascimento/Despertar árabe). Esse processo não ocorreu apenas em resposta à imigração nacionalista judaica europeia, embora certamente tenha se desenvolvido no contexto do sionismo, um empreendimento colonial (que se proclamava abertamente como tal) que, em um primeiro momento, atuou em articulação com o projeto imperial britânico e, posteriormente, o suplantou — chegando, inclusive, a entrar em guerra contra ele.

Parte 2: Palestina e outros territórios

Isso nos conduz diretamente à questão central: em que medida a Palestina se assemelhava e em que medida se distinguia de outros territórios otomanos de maioria árabe e das formações coloniais que emergiram após o fim do Império Otomano?

Primeiro, as semelhanças com outros territórios otomanos de maioria árabe. O que veio a ser oficialmente a Palestina no início da década de 1920 foi resultado do sistema de Mandatos da Liga das Nações. Os antigos territórios otomanos, que possuíam denominações administrativas próprias no âmbito do Império, haviam sido inicialmente designados como esferas de influência francesa ou britânica de acordo com o secreto Acordo Sykes-Picot de 1916.

³ Meus principais textos foram *The hundred years' war on Palestine: A history of settler colonialism and resistance, 1917–2017* (Khalidi, 2021); *Three worlds: memoirs of an Arab-Jew* (Shlaim, 2024); e *A day in the life of Abed Salama* (Thrall, 2024).

Elaborado em plena Primeira Guerra Mundial, esse acordo estabeleceu zonas de domínio direto (as zonas Azul e Vermelha) e de domínio indireto (as zonas A e B)⁴. Durante a guerra, esses territórios foram ocupados por forças francesas e britânicas. Mais tarde, foram formalmente constituídos como Mandatos: territórios delimitados que, sob os auspícios da Liga das Nações, deveriam alcançar a independência nacional.

O Iraque e a Palestina ficaram sob administração britânica; a Síria e o Líbano, sob administração francesa. Os franceses continuaram a traçar e retraçar as fronteiras de estados e subestados até a década de 1940. Os britânicos, por sua vez, rapidamente dividiram a Palestina em Palestina e Transjordânia. Assim, a Palestina foi apenas um entre os cinco Mandatos resultantes desse rearranjo imperial.

Tratava-se de territórios em que o árabe era a língua predominante e nos quais a Nahda árabe — a celebração intelectual das raízes árabes e da língua árabe — vinha se desenvolvendo desde o final do século XIX. Eram territórios em que o nacionalismo “étnico” havia começado a ganhar força: um deslocamento em direção à identificação com o ser árabe e com a língua árabe como eixo central da identidade, sobrepondo-se (embora sem substituir por completo) às identificações religiosas e distinguindo as províncias árabes do núcleo anatólio do Império Otomano, onde também se consolidava uma identidade turca, ao lado de outras lealdades étnico-nacionais.

A Palestina era um entre muitos desses territórios marcados pela diversidade étnica, religiosa e sectária — inclusive no interior das próprias tradições religiosas — e que, naquele momento, passaram a ter fronteiras impostas de fora, raramente em consonância com as realidades históricas e sociais existentes no território.

Essa visão territorial fundamentava-se em interesses geopolíticos e econômicos europeus, ao mesmo tempo concorrentes e interdependentes entre as potências coloniais, produzindo geografias artificiais cuja implementação exigiu, não raro, o recurso à força e ao engano.

Um exemplo emblemático foi a nova protonação do Iraque, formada pela reunião de três províncias otomanas, agora articuladas por uma visão norte-sul ancorada no curso dos rios Tigre e Eufrates. Essa lógica conectava o território ao Chatt al-Arab, porta de entrada para o Golfo Pérsico, rota estratégica para a Índia e elemento fundamental para sua proteção. Tal desenho ignorava, porém, os vínculos históricos de comércio, parentesco, circulação de pessoas e de mercadorias que tendiam a se orientar no sentido leste-oeste a partir de cada uma dessas províncias (ainda que esse não fosse, evidentemente, o único eixo de circulação), em direção ao Mar Mediterrâneo.

O Iraque, assim como outras antigas províncias árabes transformadas em Mandatos, viu-lhe ser imposto um governante vindo de fora — um rei cliente ungido pelos britânicos e oriundo da Península Arábica — bem como um sistema de governo legitimado por eleições rigidamente controladas e sustentado por armas britânicas.

As elites xiitas de Basra foram marginalizadas, enquanto as tribos rebeldes foram bombardeadas e atacadas com gás pelo ar. Faiçal I do Iraque, filho do Hussein bin Ali, Charif de Meca, foi entronizado ao som de *God Save the King*, e sua dinastia sobreviveu apenas graças à força militar e ao financiamento britânicos. Esse regime

⁴ Uma região específica de Jerusalém foi demarcada em marrom (*brown*), destinada a ficar sob controle internacional.

perdurou até 1958, quando foi finalmente derrubado por uma revolução sangrenta que, em pleno contexto da Guerra Fria, ensaiou uma aproximação com o comunismo. Pouco depois, o Partido Socialista Árabe Baath assumiu o poder; uma década mais tarde, já sob a liderança de Saddam Hussein — considerado um aliado da CIA —, consolidou-se plenamente no comando do país, no contexto posterior à derrota árabe de junho de 1967 diante de Israel.

O Norte da África e a Península Arábica diferiam apenas quanto à designação formal de seus vínculos imperiais: colônias, protetorados, protetorados “velados” e estados nominalmente independentes, mas sujeitos a reservas imperiais e, posteriormente, a tratados que exigiam lealdade em tempos de guerra e manutenção de extensas bases militares mesmo em períodos de paz. Foi esse o padrão predominante no Norte da África, enquanto os países do Golfo Pérsico se estruturaram a partir de tratados políticos e consórcios petrolíferos.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, o único Estado árabe produtor de petróleo com o qual os Estados Unidos buscaram estabelecer uma relação verdadeiramente especial foi a Arábia Saudita. Essa lógica de relacionamento estratégico acabaria por incluir também a Palestina sob Mandato britânico, até que a parte designada por resolução da ONU, em novembro de 1948, como um futuro Estado judeu se tornasse Israel, embora essa relação especial com Israel não tenha se consolidado de imediato.

Mas a Palestina — definida de maneira mais difusa como Terra Santa (ou Sião, para alguns) e, posteriormente, delimitada com precisão como um território sob Mandato — sempre ocupou um lugar singular. Na medida em que decidimos dedicar atenção à Palestina em nossos cursos sobre o Oriente Médio moderno, é fundamental transmitir aos estudantes que ela foi um dos três Mandatos iniciais que rapidamente se desdobraram em cinco. Sua história social e cultural estava profundamente entrelaçada com a dos demais.

Seus intelectuais e nacionalistas mais fervorosos refletiam sobre a descentralização do Império Otomano, sobre a ampliação da autonomia e, por fim, sobre a possibilidade da separação política. Ao mesmo tempo, a cultura de massas mediada por jornais, gravações sonoras e cinema assumia um caráter cada vez mais regional e híbrido, enraizando-se progressivamente nos grandes centros urbanos de publicação, de registro fonográfico e de produção cinematográfica⁵.

Mas a Palestina é mais complexa, mais intrincada. Antes de tudo, no imaginário ocidental — primeiro no da cristandade e, posteriormente, no da moderna ideia de civilização ocidental — a Palestina era concebida como uma propriedade cultural do Ocidente. Mais sagrada, inclusive, do que os próprios berços da civilização ocidental, como a Mesopotâmia ou o vale do Rio Nilo. O imperialismo europeu estava, assim, destinado a intervir nessas terras, independentemente da maneira como o Império Otomano pretendesse administrá-las.

⁵ O antigo ditado “O Cairo escreve, Beirute publica e Bagdá lê” refere-se, evidentemente, apenas à cultura impressa. O Cairo também foi, ao longo de grande parte do século XX e do início do século XXI, um dos principais centros de produção cinematográfica e de mídia de radiodifusão do mundo árabe.

A partir de meados do século XIX, existiu um sanjaco especial de Jerusalém, no qual autoridades europeias, atuando em nome de diferentes igrejas e de interesses nacionais específicos, exerciam influência considerável. Com o objetivo de evitar complicações e resolver outras disputas fronteiriças, Mark Sykes e François Georges-Picot imaginaram uma zona internacionalizada em Jerusalém. Essa proposta, contudo, jamais se concretizou.

A Grã-Bretanha buscava proteger sua vasta base no Egito, centrada no Canal de Suez, e garantir o transporte de petróleo através dos desertos do Iraque e da Jordânia até o Mar Mediterrâneo. Ao mesmo tempo, alguns membros do governo britânico desejavam promover uma agenda de sionismo cristão por meio do apoio ao sionismo judaico.

Em segundo lugar, houve o interesse crescente de colonos judeus europeus — que orgulhosamente se autodenominavam colonizadores — empenhados em construir um Estado-nação judaico. Os sionistas representavam correntes políticas diversas e nutriam ambições distintas; ainda assim, em meio a essas diferenças, e com a cooperação britânica, estabeleceram, sob a autoridade do Mandato Britânico, as estruturas institucionais que evoluíram, por meio do sangue, do fogo e do poder do capital (por mais socialistas que alguns dos principais fundadores do Estado se declarassem), até constituírem os alicerces de um Estado-nação. Esse processo foi, evidentemente, impulsionado pela ascensão da Alemanha nazista e do fascismo europeu, pelo Holocausto, pelos processos de descolonização e pelas lutas de libertação nacional em toda a região.

O que torna a Palestina singular — antes de se transformar em Israel, fundado sobre o apagamento da Palestina árabe designada pela ONU e sobre o deslocamento forçado de cerca de 750 mil habitantes árabes não judeus, processo que o historiador israelense Ilan Pappé foi um dos primeiros a denominar “limpeza étnica” —, é essa camada adicional de colonialismo⁶.

A Palestina sob Mandato britânico, apesar de toda a sua volatilidade política, constituiu-se uma fascinante mescla de línguas e de tradições culturais coexistentes, todas atravessando profundas transformações, tanto coletivas quanto individuais. O pesquisador israelense Ami Ayalon, em *Reading Palestine: printing and literacy, 1900–1948* (Ayalon, 2004) — um extraordinário estudo sobre a alfabetização durante o final do período otomano e a era do Mandato —, descreve uma paisagem que, quase da noite para o dia, passou a ser coberta por letrados escritos em três línguas: o árabe nativo, o inglês colonial e — o que tornava a Palestina particularmente singular — o hebraico moderno colonial. Não se tratava do hebraico bíblico da liturgia judaica, mas da nova língua que viria a alimentar aquilo que muitos sionistas chamavam de a nova nação hebraica.

A relação entre os judeus europeus recém-chegados e os judeus árabes locais ou regionais (que hoje chamamos de *mizrahim*, ou “orientais”) sempre foi profundamente complexa. Os judeus locais não asquenazitas — falantes de árabe e dotados, em alguns casos, de uma elite francófona (e, por vezes, ladinófona) —

⁶ Pappé (2007) apropriou-se do termo “limpeza étnica”, expressão amplamente difundida pela primeira vez no contexto da Guerra da Bósnia e da desintegração da Iugoslávia na década de 1990.

encontravam pouco em comum com seus correligionários provenientes da Europa oriental e central, inclusive no que dizia respeito a muitas práticas religiosas.

Para esses judeus, o ideal de um “retorno a Sião” significava muito pouco: eles já estavam lá. Assistiram com consternação ao momento em que a oposição entre identidade judaica e identidade árabe passou a ocupar o centro da vida política e cultural. Posteriormente, seriam também objeto de discriminação no interior do novo Estado de Israel. O mesmo se aplicou, em grau não menor, àqueles que migraram — muitas vezes sob pressões crescentes em seus países de origem — provenientes do mundo árabe e persa.

Esses migrantes tornaram-se, rapidamente, cidadãos de segunda classe — situados abaixo dos fundadores do Estado de origem asquenazita e europeia, contudo, acima da população árabe autóctone não judaica. Tratava-se de uma comunidade que, sobretudo no contexto urbano, sentia-se culturalmente muito mais próxima do universo árabe ao seu redor: compartilhavam a língua, a música, a culinária, um mesmo senso de recato e respeito, bem como formas semelhantes de vestir-se.

Parte 3: Estudar e ensinar a Palestina

É difícil ensinar a história da Palestina anterior a 1948 porque a vemos sob a mira das armas da Nakba, aquilo que os palestinos chamam de Catástrofe. No entanto, há muito o que explorar entre o final do século XIX e meados do século XX.

Há, por exemplo, as tentativas de trabalhadores judeus imigrantes e de trabalhadores árabes nativos de se organizarem segundo linhas de classe, e não de pertencimento étnico, a fim de assegurar condições de trabalho melhores, ainda que nem sempre igualitárias. Há também a colaboração tensa entre pioneiros judeus e árabes do rádio para dividir o tempo de transmissão no recém-criado Serviço de Radiodifusão da Palestina, fundado e supervisionado pelos britânicos, que possuíam suas próprias concepções acerca do que seria apropriado para ouvintes de língua hebraica e árabe⁷.

Havia esferas culturais vibrantes — cafés, cinemas e cabarés — onde árabes, judeus, cristãos e muçulmanos se apresentavam lado a lado em uma variedade de dialetos árabes populares. Também se destacavam festivais como a celebração de um mês de Nabi Rubin, talvez enraizada em tradições específicas, mas que, no início do século XX, já atraía públicos provenientes de todas as comunidades (Tamari, 2008).

A construção sionista de uma nova identidade hebraica, de novos símbolos nacionais, canções e *slogans*, bem como a promoção de uma nova dieta “saudável”, baseada em produtos locais (azeite de oliva, em vez de gordura de galinha, e pasta de gergelim, ou *tahine*), é igualmente fascinante — e talvez ainda mais por acompanhar tão de perto preocupações típicas dos projetos coloniais europeus ao longo de seus impérios⁸.

⁷ Sobre os trabalhadores, ver Lockman (1996); sobre o rádio, ver Stanton (2014).

⁸ Sobre a alimentação, ver *Nutrition Science, Palestinian Food, and Jewish Settlers' Acclimatization: The work of Moshe Wilbushewich* (Hirsch, 2025).

Ao mesmo tempo, à medida que as relações entre a população local e os imigrantes se tornavam cada vez mais tensas, a Palestina converteu-se em um laboratório para outras ideias emergentes: a transferência populacional, a partilha territorial e o aperfeiçoamento do terrorismo moderno. Uma das grandes ironias da história da Palestina sob Mandato britânico é que, em 1939, após suprimirem a Grande Revolta Árabe na Palestina, os britânicos anunciaram formalmente sua intenção de renunciar ao Mandato e transferir, no prazo de cinco anos, a autoridade política para uma entidade que manteria uma maioria árabe não judaica.

A Segunda Guerra Mundial alterou profundamente essa equação, assim como a insurreição sionista contra seus antigos aliados britânicos no imediato pós-guerra. Diante dos ataques incessantes às suas forças militares, da pressão dos Estados Unidos para que se abrissem as portas aos judeus que fugiam da Europa e das crescentes preocupações com a manutenção de sua base aérea no Canal de Suez — agora concebida, com a Índia já não sendo a principal preocupação estratégica, como ponto de projeção militar em direção à União Soviética —, os britânicos cumpriram a promessa anteriormente feita de abandonar a Palestina. O único problema seria, então, depositado no colo da recém-criada Organização das Nações Unidas.

Ainda hoje é assombroso constatar que, no rescaldo da Guerra da Palestina de 1948 — que assegurou a independência de Israel, mas levou ao desmantelamento completo do Estado palestino previsto no plano de partilha (posteriormente ocupado por Israel, Jordânia e Egito, ao menos até 1967, quando todo esse território passou a ficar sob ocupação israelense) — a questão da estatalidade palestina continuaria a nos acompanhar até hoje.

Essa é a história da Guerra Fria, da ascensão de Estados árabes autoritários, inicialmente instáveis e depois consolidados; da derrota espiritual e militar devastadora de 1967; da emergência de um sionismo messiânico e expansionista; das esperanças frustradas e, em última instância, ilusórias dos Acordos de Oslo; do recrudescimento de um terrorismo niilista surgido na Cisjordânia e na Faixa de Gaza ocupadas; da ascensão dos reinos petrolíferos como entrepostos globais mais interessados em expandir seus impérios comerciais por meio do estreitamento de laços econômicos com Israel; e da complacência israelense diante da instabilidade permanente incubada nos territórios palestinos, acompanhada da convicção de que a Cisjordânia poderia ser gradualmente anexada e Gaza, mantida sob contenção. É nesse percurso histórico que se inscreve o 7 de outubro de 2023.

A historiografia da Palestina, do sionismo e das origens de Israel passou por uma profunda revisão desde o final da década de 1980. O que há de mais consistente nesse campo foi produzido por estudiosos israelenses e palestinos, incluindo, entre estes últimos, cidadãos palestinos de Israel. Trata-se de uma pesquisa fortemente ancorada em documentação de arquivo, começando pelos arquivos estatais e sionistas em Israel, um espaço que diversos importantes pesquisadores palestinos da diáspora visitaram, por vezes sob grande tensão pessoal e emocional, e nem sempre sendo bem recebidos pelo estado anfitrião.

A captura e a transferência dos arquivos da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em Beirute, após a invasão israelense de 1982, transformaram Israel

em um local central para quem deseja compreender a resistência organizada ao Estado israelense a partir da década de 1960. Além disso, existem em Israel outros acervos fundamentais para o estudo da sociedade palestina, como a Biblioteca Khalidi, em Jerusalém, que abriga uma das maiores coleções privadas de textos em árabe existentes na região no período anterior a 1948⁹.

A primeira onda daquilo que ficou conhecido como a “nova” historiografia, produzida por um grupo de estudiosos israelenses que passaram a ser chamados de “novos historiadores”, contestou os mitos centrais da narrativa sionista oficial sobre a Nakba. Segundo essa narrativa tradicional, a limpeza étnica teria sido, na pior das hipóteses, um acidente necessário e/ou o resultado do que hoje se costuma chamar de “névoa da guerra”. Sustentava-se também que os palestinos teriam deixado suas casas a pedido de suas lideranças locais e em razão das promessas de exércitos árabes externos, que rapidamente conquistariam o novo Estado judaico, expulsariam os judeus e devolveriam a Palestina a seus legítimos proprietários.

Nos arquivos, porém, pesquisadores israelenses identificaram uma série de planos — A, B, C e, por fim, D — que delineavam o despovoamento deliberado do território destinado à Palestina judaica, a expansão do conflito com o objetivo de adquirir áreas adicionais e a destruição intencional de bairros e aldeias conquistados, de modo a impedir qualquer possibilidade de “retorno”¹⁰.

Os pesquisadores mergulharam profundamente nos diários de dirigentes sionistas. Avi Shlaim trouxe à luz provas documentais de um segredo amplamente conhecido: a “conivência” entre autoridades sionistas — em particular a futura primeira-ministra Golda Meir — e o Abdullah I da Jordânia. O entendimento consistia em travar combates de caráter sobretudo simbólico, enquanto a Legião Árabe — de longe a mais eficaz força de combate árabe da região — ocupava a Cisjordânia e consolidava seu controle sobre a Cidade Velha de Jerusalém e sobre as colinas situadas a leste da cidade (Shlaim, 1988).

Tomando 1948 como ponto de inflexão, os pesquisadores passaram a olhar tanto para trás quanto para diante. Intelectuais palestinos fundacionais, como Walid Khalidi — autor do primeiro ensaio a contestar o mito segundo o qual transmissões de rádio árabes teriam incentivado a população a abandonar suas casas —, dedicaram grande parte de suas carreiras a documentar a existência das cerca de 400 a 500 aldeias palestinas destruídas. Esses territórios foram, em diferentes casos, reassentadas por colonos judeus, deixadas à erosão do tempo e da paisagem ou recobertas por extensos projetos de reflorestamento. Trata-se, em particular, dos pinheiros — espécies não naturais ao ecossistema local e ecologicamente inadequadas — que hoje cobrem vastas áreas do sistema nacional de florestas e parques. Fora das trilhas demarcadas, é possível ainda se deparar com as fundações de antigas casas, poços, cemitérios e santuários (Khalidi, 2006).

⁹ A Biblioteca Khalidi permanece aberta, apesar de ter sofrido danos relacionados aos conflitos e, em determinados momentos, ter sido obrigada a fechar por determinação das autoridades estatais.

¹⁰ O trabalho fundacional dessa primeira revisão historiográfica é o de Morris (1989). Para uma visão geral do debate em torno dos “novos historiadores”, ver Shlaim (1995).

Salim Tamari, sociólogo histórico de formação, radicado em Ramallah e vinculado à Universidade de Birzeit, além de editor da *Jerusalem Quarterly*, realizou uma leitura aprofundada das memórias em língua árabe produzidas pelas classes letradas das comunidades muçulmana, cristã e judaica, compondo um retrato denso e multifacetado de uma sociedade multicultural em processo de modernização, ainda que submetida a tensões e ameaças crescentes.

É por meio de seu trabalho, por exemplo, que temos acesso aos escritos de Wasif Jawhariyyeh; às cartas de amor de Khalil al-Sakakini, que havia deixado sua amada para trás e se estabelecido temporariamente na cidade de Nova Iorque; ao relato de viagem de Najati Sidqi, bolchevique judeu que lutou na Guerra Civil Espanhola ao lado da República e viajou para a União Soviética; e às recordações de um grupo de “vadios” contraculturais que passavam longas noites no Vagabond Café, em Jerusalém (Tamari, 2008).

Sherene Seikaly, pesquisadora palestino-americana, escreveu sobre os “Homens do Capital” da era do Mandato, entre os quais figura um de seus bisavôs, que registrou meticulosamente tudo o que deixou para trás em 1948 (Seikaly, 2018). Mustafa Kabha, historiador palestino com cidadania israelense, uniu-se a Nahum Karlinsky, pesquisador judeu-israelense, para escrever uma história conjunta das indústrias cítricas palestina autóctone e sionista implantada na Palestina (Kabha; Karlinsky, 2021).

Nos últimos anos, enquanto atuei como editor do *International Journal of Middle East Studies*, entre 2019 e 2025, publicamos artigos sobre os seguintes temas, todos fundamentados em pesquisas acadêmicas rigorosas e de ponta: *Nutrition Science, Palestinian Food and Zionist Acclimatization* (Ciência da nutrição, comida palestina e aclimação sionista); *New Arab Maids: Female Domestic Work, New Arab Women and National Memory in British Mandate Palestine* (Novas empregadas árabes: trabalho doméstico feminino, novas mulheres árabes e memória nacional na Palestina sob Mandato Britânico); *Rediscovering Palestinian Lives: Qudsiya Khurshid from Mandate Palestine to Postwar Pennsylvania* (Redescobrimos vidas palestinas: Qudsiya Khurshid da Palestina do Mandato à Pensilvânia do pós-guerra); *The Children of Wadi Salib and the 1959 Moroccan Jewish Protest in Haifa* (As crianças de Wadi Salib e o protesto judaico-marroquino de 1959 em Haifa); *The Construction of “Native Jews” in Late Mandate Palestine* (A construção dos “judeus nativos” na Palestina do final do Mandato); *Changing Capitalist Structures and Settler Colonial Land Purchases in Northern Palestine* (Mudanças nas estruturas capitalistas e aquisições de terras pelo colonialismo de assentamento no Norte da Palestina); *Not All Who Ascend: Afro-Asian Jewish Returnees from Israel* (Nem todos os que ascendem: judeus afro-asiáticos que retornam de Israel); e *Sacralizing the Nation: The Adoption of Takfir in Mandate Palestine* (Sacralizando a nação: a adoção do takfir na Palestina sob Mandato)¹¹.

¹¹ Essa é apenas uma pequena amostra de um conjunto muito mais amplo de publicações, restrita a uma única revista acadêmica. Muitos desses artigos estão disponíveis em acesso aberto no site do *International Journal of Middle East Studies*: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-journal-of-middle-east-studies>.

Parte 4: Podemos ensinar a Palestina?

Mas isso nos conduz à próxima grande questão colocada à mesa: não se devemos, mas se somos capazes de falar sobre a Palestina — ou mesmo de ensiná-la — de maneiras que evidenciem simultaneamente sua singularidade e sua complexidade.

Nos Estados Unidos, isso está se tornando cada vez mais difícil, em razão de um ataque em larga escala à liberdade acadêmica e à liberdade de expressão no espaço cívico. Vivemos um momento extremamente perigoso, agravado agora, receio, pelo ataque ao Irã (e por incursões correlatas no Líbano e na Síria). Ainda assim, cabe notar que há muito mais dissensão pública em relação a essa guerra — na qual estamos diretamente envolvidos — do que jamais houve em relação ao ataque genocida de Israel contra a Faixa de Gaza. Estará a maré começando, lentamente, a mudar?

As consequências imediatas do ataque do Hamas, em outubro de 2023, me fizeram lembrar, em certa medida, do que ocorreu em meu país após os atentados de 11 de setembro. Tivemos de vigiar cuidadosamente nossas palavras. Na esteira do ataque da Al-Qaeda, o país foi tomado por um frenesi de medo — um estado de espírito condensado em uma pergunta simplista: “Por que eles nos odeiam?”.

Pouco importava a complexidade de quem eram — ou de quem se imaginava que fossem — “eles”. Lembro-me de ter dito, pouco depois, a uma turma de jovens de 18 a 20 anos: não permitam que a mídia ou os políticos lhes digam que este será o “ataque a Pearl Harbor”, o “Dia da Infâmia” de sua geração. Essa será uma decisão que caberá a vocês tomar, e ela exigirá tempo — bem como a construção de sua própria perspectiva histórica.

Somente com o passar do tempo — e com o devido cuidado — tornou-se possível tentar explicar, por meio da lente da história — Mohammad Mosaddegh, Salvador Allende, Augusto César Sandino — por que tantas pessoas fora dos Estados Unidos sentiram-se, ao mesmo tempo, horrorizadas e tomadas por uma sensação de justiça cruel. Ou, ainda, formular a pergunta sobre se o espetáculo da destruição das Torres Gêmeas do World Trade Center foi, para muitos, menos impactante do que o ataque audacioso e bem-sucedido ao Pentágono. Sobretudo, tratava-se de enfatizar que a história não começou em 11 de setembro. Todo acontecimento histórico possui um prefácio que precisamos descobrir — e é também nossa responsabilidade decidir em que ponto iniciar nossos livros ou nossas aulas.

Após 7 de outubro de 2023, foi quase como se uma ordem tácita de silêncio tivesse entrado em vigor. Não se tratava de uma diretriz centralizada nem explicitamente coordenada. Ainda assim, quase de imediato, esperava-se que acrescentássemos um adjetivo — “horrível” ou “brutal” ataque — que nos posicionasse, toda vez que falássemos, ao lado das vítimas imediatas. Era como se os habitantes de Faixa de Gaza que executaram o ataque tivessem surgido repentinamente nos céus como invasores alienígenas desconhecidos, saídos de uma ficção científica como *The war of the worlds* (Guerra dos mundos).

Enquanto nos esforçamos para avaliar o ataque, parece-me que foi precisamente por isso que ele foi realizado: para impor a necessidade de uma história pregressa que estava sendo apagada. Rapidamente, identifiquei um precedente histórico no ataque lançado contra Israel pelo Egito em outubro de 1973. Os egípcios temiam que as fronteiras estabelecidas após a Guerra dos Seis Dias estivessem sendo congeladas pela política de *détente* entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Naquele caso, os israelenses sabiam que um ataque estava por vir, mas, ao contrário do que ocorrera em junho de 1967, quando ordenaram um ataque preventivo cuidadosamente planejado, em outubro de 1973 decidiram confiar em suas próprias linhas de defesa. O plano egípcio era limitado: atravessar o Canal de Suez e provocar pressão internacional em favor de um cessar-fogo. Os egípcios ficaram atônitos com a rapidez com que as defesas israelenses colapsaram.

Continuo a suspeitar que o ataque do Hamas tenha produzido um resultado muito além das expectativas mais ousadas de seus próprios executores e que, tal como o exército egípcio em 1973, eles tenham avançado muito mais profundamente em território inimigo do que haviam previsto — e sem um roteiro claro para o que fazer em seguida.

Mas seria possível discutir as motivações dos atacantes, o grau de preparação daqueles que foram atacados, bem como os objetivos políticos e as limitações de ambos os lados? Um fórum que organizei em meu *campus* em parceria com o Honors College, no qual eu e um ex-colega faríamos apresentações, foi rapidamente denunciado à alta administração da universidade, tanto por colegas quanto por pessoas externas à instituição. Em parte, isso ocorreu porque nosso anúncio não se referia ao Hamas de maneira considerada adequada, isto é, como uma organização terrorista.

Nossos administradores cancelaram o evento (embora tenham preferido considerar como um adiamento), alegando temer que pessoas de fora viessem ao *campus* — que é um espaço público — causar animosidades. Tudo isso foi feito sem nenhuma discussão prévia conosco¹². Naquele momento, o massacre desproporcional — que passaríamos em breve a descrever como genocida — já estava em pleno curso.

Leciono em um estado cada vez mais “vermelho” — isto é, cada vez mais alinhado ao Partido Republicano. O Arkansas que encontrei ao chegar, em 2000, era muito diferente, embora já fosse religiosamente conservador. Bill Clinton estava deixando a Casa Branca; tínhamos dois senadores democratas e uma tradição de representantes eleitos liberais, ainda que nem sempre progressistas. Os democratas, como Clinton, buscavam enfatizar posições de centro; mas, em certa medida, os republicanos também o faziam. Hoje, porém, vivemos em um estado profundamente identificado com o movimento MAGA (Make America Great Again), competindo com estados como Flórida e Mississippi para impulsionar as chamadas guerras culturais que atualmente assolam os Estados Unidos.

Nem tudo isso diz respeito diretamente ao Oriente Médio ou, em particular, à Palestina; grande parte dessas disputas está ligada a questões de identidade de gênero,

¹² Em novembro de 2023, contribuí para o *blog* da Verso Books na série *Palestine uncensored: Diaries of censorship* (<https://www.versobooks.com/blogs/news/palestine-uncensored-diaries-of-censorship>). O meu depoimento corresponde ao Testemunho 8, entre um total de 22 relatos.

orientação sexual e às três palavras que se tornaram tabu: “diversidade, equidade e inclusão”. Termos como *queer*, *sustentabilidade* e *mudança climática* passaram a ser formalmente excluídos de títulos de cursos e palestras. Disciplinas que abordam a escravidão nos Estados Unidos ou a conquista da fronteira norte-americana podem, inclusive, revelar-se mais controversas do que as minhas.

Mas o Oriente Médio também ocupa um lugar central nesse processo. No meu estado, isso se deve, em parte, à relação entre a governadora Sarah Huckabee Sanders e seu pai, Mike Huckabee — antigo pregador, depois governador e atualmente embaixador dos Estados Unidos em Israel —, um declarado sionista cristão evangélico. Segundo essa visão, um Estado judeu estabelecido dentro de fronteiras históricas construídas a partir de um momento singular da Antiguidade prepararia o caminho para a Segunda Vinda de Cristo. O que então aconteceria ao próprio Estado judeu — e, mais ainda, ao povo judeu, ali, aqui e em qualquer outro lugar — não constitui motivo de particular preocupação. Para um Estado israelense cínico — e isso remonta à ascensão da direita sionista e do movimento dos colonos após 1967 —, essa contradição aparentemente desperta pouca inquietação¹³.

Como funcionário público de uma universidade financiada pelo Estado, enfrento um conjunto cada vez maior de leis que prescrevem e procuram circunscrever aquilo que posso ensinar — e a maneira como posso fazê-lo — sobre o Oriente Médio, o islã, o sionismo, as relações judaico-muçulmanas e judaico-árabes, bem como sobre os interlocutores acadêmicos a quem posso recorrer para ampliar nosso conhecimento. A chamada “Lei do BDS” exige que qualquer pesquisador visitante ou palestrante convidado de fora do nosso sistema universitário assine uma declaração afirmando que não apoia um boicote econômico a Israel nem a retirada de investimentos de fundos estatais¹⁴.

Uma lei estadual mais recente exige que qualquer pessoa ou instituição que celebre contratos com o Estado do Arkansas se refira à Cisjordânia (West Bank) — designação reconhecida internacionalmente — como “Judeia e Samaria”, terminologia associada a uma orientação política e religiosa específica. Essa medida ainda não nos afetou diretamente; não fui instruído a alterar o conteúdo de meus cursos nem a linguagem que utilizo, seja por escrito, seja oralmente. No entanto, em novembro, o Bureau of Legislative Research, braço técnico oficial da legislatura estadual, solicitou à universidade o envio de diversos programas de disciplinas relacionados a estudos do Oriente Médio — e a universidade atendeu à solicitação, mesmo depois de alguns de nós termos nos recusado a fazê-lo¹⁵.

¹³ Parte desse quadro pode vir a se modificar à medida que uma ala da extrema direita do movimento MAGA, movida por teorias conspiratórias, passa a enfatizar a suposta influência israelense e judaica sobre a Casa Branca de Donald Trump. Ver Hitchens (2026).

¹⁴ O legislador que redigiu e apresentou o projeto de lei admitiu a um repórter que jamais havia considerado que a medida pudesse ter implicações para o meio acadêmico. Ver Patel (2023).

¹⁵ Por uma questão de transparência, os dois cursos cuja supervisão me foi atribuída — História do Oriente Médio Moderno e História da Palestina/Israel Moderna, ambos introdutórios, oferecidos na graduação em nível intermediário — não eram ministrados por mim havia muitos anos. Eles vinham sendo conduzidos por estudantes de pós-graduação e instrutores sob minha orientação, de modo que os programas de cursos encaminhados pela universidade não eram, tecnicamente, “meus”. O conjunto de programas relacionados ao Oriente Médio parece ter sido selecionado de maneira aleatória e, até o presente momento, não houve nenhuma comunicação direta por parte do governo estadual.

Por fim, meu estado adota a controversa definição de antissemitismo promovida pela International Holocaust Remembrance Alliance (IHRA), Aliança Internacional para a Memória do Holocausto, que, em essência, tende a equiparar a crítica a Israel, às políticas do Estado israelense e ao sionismo (reduzido de maneira simplificadora a uma única ideia essencial) ao antissemitismo¹⁶. A Jerusalem Declaration on Antisemitism (Declaração de Jerusalém sobre o Antissemitismo), assinada por numerosos especialistas em Oriente Médio e mundo islâmico, bem como por estudiosos da história europeia e do Holocausto, constitui uma resposta crítica à definição da IHRA sobre o que deve ser entendido como antissemitismo¹⁷.

Ainda não tivemos uma discussão séria com nossos administradores sobre o que constitui ódio contra um povo e o que constitui uma contestação a políticas — mesmo antes do genocídio — levadas a cabo por um Estado étnico que reivindica falar e agir em nome de todo um povo, bem como protegê-lo. Entretanto, as vítimas percebidas de uma determinada modalidade de racismo foram elevadas a um estatuto especial de proteção. O racismo antiárabe, antipalestino ou antimuçulmano não suscita preocupação equivalente. Trata-se, sem dúvida, de uma tendência nacional. A linguagem tornou-se um campo de batalha, e aqueles que definem as políticas — seja no âmbito estadual, seja em *campi* universitários como o meu — conhecem muito pouco da história, da política e das culturas do Oriente Médio.

Grande parte da ofensiva do governo federal contra a liberdade acadêmica nos Estados Unidos tem se concentrado em instituições de elite — tanto universidades privadas quanto algumas universidades estaduais de destaque — marcadas pelo ativismo estudantil, identificadas como espaços de desconforto para apoiadores de Israel e, ao mesmo tempo, importantes receptoras de financiamento federal para pesquisas nas ciências. Já aqueles de nós que lecionamos em instituições públicas menos proeminentes, especialmente em estados “vermelhos”, nos vemos confrontados com dispositivos legais produzidos pelos governos estaduais, baseados em terminologias específicas — e em restrições à própria linguagem — que, no longo prazo, podem revelar-se ainda mais difíceis de contestar, tanto em sala de aula quanto nos tribunais¹⁸.

Sem dúvida, a vida seria mais fácil se eu me limitasse ao Egito e meu colega ao Iraque em nossos cursos panorâmicos sobre o Oriente Médio.

¹⁶ <https://holocaustremembrance.com/resources/working-definition-antisemitism>.

¹⁷ Sou signatário da Declaração de Jerusalém sobre o Antissemitismo (<https://jerusalemdeclaration.org>). Também prestei depoimento, em uma sessão virtual realizada em 19 de fevereiro de 2026, perante a Comissão de Direitos Civis dos Estados Unidos (U.S. Commission on Civil Rights), em uma audiência intitulada *Antisemitism on America's University and College Campuses* (Antissemitismo nos *campi* universitários dos Estados Unidos). Foram-me concedidos três minutos para a exposição oral, embora eu tenha podido apresentar uma declaração escrita mais extensa. O relatório final ainda está pendente. Tive acesso ao vivo apenas à sessão específica para a qual havia sido designado.

¹⁸ Recentemente, a Middle East Studies Association (MESA) lançou uma Iniciativa pela Liberdade Acadêmica (<https://mesana.org>) para rastrear ameaças à liberdade acadêmica. As categorias incluem processos judiciais sob o Título VI (Title VI), investigações, interferência do Congresso, retaliação no emprego e interferência em eventos.

Referências bibliográficas

- Ayalon, A. (2004). *Reading Palestine: Printing and literacy, 1900–1948*. University of Texas Press.
- Hirsch, D. (2025). Nutrition science, Palestinian food, and Jewish settlers' acclimatization: The work of Moshe Wilbushewich. *International Journal of Middle East Studies*, 57(2), 313–332.
- Hitchens, A. (2026, April 13). No enemies to the right: How the internet fringe infiltrated Republican politics. *The New Yorker*, 52–63.
- Kabha, M., & Karlinsky, N. (2021). *The lost orchard: The Palestinian-Arab citrus industry, 1850–1950*. Syracuse University Press.
- Khalidi, W. (2006). *All that remains: The Palestinian villages occupied and depopulated by Israel in 1948*. Institute for Palestine Studies.
- Khalidi, R. (2021). *The hundred years' war on Palestine: A history of settler colonialism and resistance, 1917–2017*. Metropolitan Books.
- Lockman, Z. (1996). *Comrades and enemies: Arab and Jewish workers in Palestine, 1906–1948*. University of California Press.
- Morris, B. (1989). *The birth of the Palestinian refugee problem, 1947–1949*. Cambridge University Press.
- Pappé, I. (2007). *The ethnic cleansing of Palestine*. Oneworld Publications.
- Patel, V. (2023, November 20). At University of Arkansas, a state law stifles pro-Palestinian speakers. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2023/11/20/us/arkansas-thrall-bds-antisemitism.htm>.
- Seikaly, S. (2018). How I met my great-grandfather. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, 38(1), 6–20.
- Shlaim, A. (1988). *Collusion across the Jordan: King Abdullah, the Zionist movement and the partition of Palestine*. Columbia University Press.
- Shlaim, A. (1995). The debate about 1948. *International Journal of Middle East Studies*, 27, 287–304.
- Shlaim, A. (2024). *Three Worlds: Memoirs of an Arab-Jew*. Oneworld Publications.
- Stanton, A. (2014). *This is Jerusalem calling: State radio in Mandate Palestine*. University of Texas Press.

Tamari, S. (2008). *Mountain against the sea: Essays on Palestinian society and culture*. University of California Press.

Thrall, N. (2024). *A day in the life of Abed Salama*. Metropolitan Books.

DOI desta publicação: <https://doi.org/10.34024/bszw3c20>.